

## Cultura e Património Cultural

### A - Âmbito

A Agenda de I&I do tema «Cultura e Património Cultural» abrange, fundamentalmente, dois domínios científicos, latos, estritamente relacionados:

- a cultura, enquanto sistema de crenças, valores, costumes, comportamentos e artefactos, partilhados pelos membros de uma determinada sociedade nas suas relações com o mundo e com os outros, e herdados e transmitidos de geração para geração através de processos de aprendizagem;

- o património cultural, enquanto *corpus* integral de sinais materiais – quer artísticos, quer simbólicos –, outorgado pelo passado a cada cultura e, portanto, legado de toda a humanidade, através do qual fatores identitários se podem expressar e a consciencialização de uma continuidade histórica no tempo pode emergir. Incorpora as dimensões tangível (artefactos físicos produzidos, mantidos e transmitidos intergeracionalmente numa sociedade); intangível (práticas, representações, expressões, conhecimentos, habilidades – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais associados); e digital (subcategoria da dimensão intangível, consistindo no uso de instrumentologia técnica de preservação do património cultural e natural).

A Agenda incide sobre aspetos de Investigação & Inovação relacionados com a identificação, preservação, conservação, restauro, reabilitação, divulgação, promoção e valorização do património científico e cultural, bem como linguístico de origem portuguesa, em toda a sua abrangência, incluindo infraestruturas abertas de conteúdos digitais, a indústria criativa, a expressão artística, a museologia, o arquivo e as demais instituições culturais.

### B - Contexto internacional

Em contexto internacional, é possível identificar todo um conjunto de documentos estruturantes, planos e estratégias homogéneas no âmbito da temática «Cultura e Património Cultural».

A montante, a Comissão Europeia (CE), no contexto do seu *Plano de Trabalho para a Cultura* respeitante ao quadriénio 2015-2018, estabelece quatro áreas prioritárias para este domínio: cultura acessível, património cultural, inovação e economia criativa, e diversidade cultural. Complementa estas prioridades com os temas intersectoriais mudança digital e estatística. Neste documento estratégico da CE são estabelecidas as prioridades da cooperação europeia em matéria de políticas culturais para os próximos anos, definindo tópicos que representem valor acrescentado em termos Comunitários e incentivem a cooperação transnacional e intersectorial.

A *Declaração de Namur*, por sua vez, no exercício de definição dos objetivos e prioridades para uma estratégia comum na área da gestão do património europeu, a adotar pelas instituições governamentais europeias com responsabilidades neste âmbito, e em estreita cooperação com a UNESCO e outros parceiros internacionais, elenca também como prioridades: o estabelecimento do património como fator cooperante da melhoria da qualidade de vida das comunidades; a contribuição do património para a atratividade e prosperidade da Europa, a

educação e a aprendizagem ao longo da vida, e a governança participativa no campo patrimonial. Em termos de literatura da Comissão Europeia, o relatório *Getting cultural heritage to work* constitui também um desenvolvimento importante para o setor do património cultural, e enfatiza a necessidade de evidenciar situações nas quais o património cultural se tem assumido como motor positivo para um desenvolvimento sustentável. Os três objetivos que este documento elenca são os seguintes: promover o financiamento inovador, o investimento, a governança, a gestão e os modelos de negócios que potenciem a eficácia do património cultural enquanto fator de produção económica; promover o uso inovador do património cultural para incentivar a integração, a inclusão, a coesão e a participação social; promover o uso inovador e sustentável do património cultural, para que este possa atingir todo o seu potencial e contribuir para o desenvolvimento sustentável das paisagens e ambientes culturais europeus. As ações recomendadas no documento prendem-se com: a regeneração patrimonial urbana; a sustentabilidade das paisagens culturais; a governança inclusiva; os modelos inovadores de negócio na área do património cultural.

Ainda neste contexto institucional comunitário, o atual Programa-Quadro para a Investigação e a Inovação da União Europeia Horizonte 2020 (H2020), na sua ambição de gerar ideias, crescimento e emprego e de, simultaneamente, responder aos desafios sociais, atendendo às preocupações dos cidadãos, concebeu uma linha de financiamento específica denominada «Europa num mundo em mudança – sociedades inclusivas, inovadoras e reflexivas», dentro da qual concursos como «Compreendendo a Europa – promovendo o espaço público e cultural europeu», e outros, são diretamente direcionados a tópicos no âmbito da cultura e do património cultural. O H2020 foca-se no impacto e direciona-se para a resolução de problemas sociais, o que conduz à exigência, também para os tópicos investigacionais em cultura e património cultural, do desenvolvimento de planos científicos de cariz pluridisciplinar e multisectorial, e a integração da investigação e inovação, sem descontinuidades, desde a conceção das ideias até ao mercado.

Por fim, ainda que abstraindo da égide da literatura da Comissão Europeia, não obstante o seu carácter organizacional, a Iniciativa de Programação Conjunta em Património Cultural e Mudança Global (JPI CH) é merecedora de uma menção particular. Integrada por dezanove países, para além de sete outros países observadores, na sua Agenda Estratégica de Investigação remete para quatro prioridades, alinhadas com os planos Comunitários, a saber: desenvolvimento de uma sociedade reflexiva; ligação entre as pessoas e o património (cultural); criação de conhecimento; salvaguarda do património cultural.

Relativamente a estratégias de internacionalização, na área da cultura e património cultural, por parte de países considerados exemplares neste âmbito, é de destacar também significativa convergência das mesmas relativamente às estratégias europeias e internacionais, nomeadamente no que refere a assinalável tendência para responder às preocupações dos cidadãos e aos grandes desafios sociais, não descurando os aspetos sociais, culturais e económicos, aproximando os cientistas dos cidadãos, e favorecendo a transparência do investimento público em matéria de investigação e inovação.

No entanto, poderão ser alvo de referência particular, pelo carácter exclusivo que denotam na referência à especificidade endémica de cada país, as seguintes estratégias:

- programas de treino em restauro, conservação e proteção de monumentos da Síria, Líbano, Jordânia, Iraque e Turquia; criação e redesenho de infraestruturas digitais para o estudo de civilizações antigas (Alemanha);
- programas em compreensão cultural e competências interculturais (Dinamarca);
- apoio à investigação, ao desenvolvimento e à inovação aplicados à conservação e à sustentabilidade do património artístico, arqueológico, histórico, cultural e social (Espanha);
- programas em preservação do património Cultural e Natural («Laboratório Litoral»); estudos culturais, do homem e dos fatores de integração em sociedades globais e interligadas; inovações sociais, educativas e culturais, (nomeadamente novas metodologias que apresentem uma dimensão comparativa rigorosa, com novos referenciais para avaliação do

progresso social); transferência eficaz do conhecimento em ciências sociais e humanas para a vertente socioeconómica (França);

- programas sobre paisagem e uso sustentável do espaço em ambientes vivos e em rápida mudança; em “resiliência”, enquanto conceito unificador dos sistemas socioecológicos; em estudo do passado enquanto fator de sustentabilidade, de inclusão e melhoria económica; em valor cultural do património – sustentabilidade e temporalidade; retenção de conhecimento; “expert citizens”; herança contestada; holística e transdisciplinaridade na investigação em património cultural (Holanda).

## C - Questões e Temas em análise

Não obstante o grau de complexidade, por via do carácter multitemático, multidisciplinar e transdisciplinar, de que se reveste o tema «Cultura e Património Cultural», revelou-se aproblemático o exercício dinâmico e processual de desenvolvimento dos conteúdos temáticos na agenda.

Procurando englobar o complexo nocional de «cultura» e «património cultural» em toda a sua amplitude epistémica, as discussões científicas nas reuniões presenciais, em dialética progressiva de aprimoramento, viriam a culminar na definição de quatro subtemas estruturantes:

- Trânsitos culturais, identidades e memórias;
- Preservação e sustentabilidade e ambientes em mudança;
- Processos criativos, produção cultural e sociedade plural;
- Língua, tecnologias, cultura digital e produção de valor.

O subtema «**trânsitos culturais, identidades e memórias**», focalizado em âmbitos conceptuais como «fluxos de migração» e «comunidades transnacionais», bem assim como nos desafios que os mesmos representam, e continuarão a representar, para Portugal e para a Europa, incide sobre a problematização dos efeitos da diáspora nas identidades e memórias sociais. Estrutura-se com base em questões de investigação relacionadas com:

- trânsitos culturais e reconstrução de identidades, na sobrelevação das unidades identitárias pela diferença e disjunção;

- reinvenção das memórias culturais nos processos de transculturação;

- ameaças colocadas pelo terrorismo ao património e memórias culturais;

- impactos do fluxo de refugiados da Síria e do Iraque (a maior vaga desde a II Guerra Mundial) na identidade cultural europeia.

Reconhecendo que a transmissão está no centro das abordagens antropológicas da memória e das identidades, perfilhando determinadas críticas à patrimonialização da cultura, na sua tendência para a circunscrever aos limites históricos nacionais, não subvalorizando o jogo memorial e identitário, e negando o carácter estático do património, é proposta reflexão investigacional sobre:

- novas configurações dos trânsitos culturais e memórias e identidades mutáveis, fragmentadas, eletivas e plurais, como é próprio da contemporaneidade;

- lugar das heranças culturais nesta nova abordagem da construção identitária, assente na problematização dos trânsitos;

- possibilidade de uma constelação de lugares patrimoniais, incluindo campos arqueológicos e ruínas, ser redescoberta e integrada nos mapas culturais contemporâneos, à luz de uma perspetiva que enfatiza os trânsitos e as migrações culturais.

O subtema «**preservação e sustentabilidade e ambientes em mudança**» procura apelar para a compreensão da dimensão política e social da cultura e do património cultural e o seu papel no desenvolvimento sustentável, nomeadamente no que concerne ao seu acesso, autenticidade, salvaguarda e diversidade, fatores que têm vindo a ser relativizados no contexto da crise financeira e económica global. Enfatiza o facto de a cultura e o património

cultural, enquanto parte integrante da identidade de uma nação, no que lhe concedem em homogeneidade e persistência no tempo, se fundarem na sua história, materializando-se através de seu património.

Para além, contudo, da evidente importância simbólica, cultura e património cultural são também fortes impulsionadores da economia, constituindo uma importante mais-valia das sociedades modernas, especialmente no presente contexto pós-industrial.

Em termos investigacionais, cumprirá compreender os desafios que se colocam à cultura e ao património cultural num contexto, como o nacional, em que a estrutura industrial e económica é frágil, mas no qual, paradoxalmente, a falta de recursos financeiros para a sua modernização constituiu fator de proteção que permitiu a preservação da autenticidade de várias expressões tangíveis e intangíveis do seu património cultural e natural. Assume-se como fundamental a preservação e a valorização deste legado, sublinhando o seu papel na identidade cultural, e projetando-o como base para atividades económicas. Não obstante, a investigação e inovação em técnicas avançadas experimentais e numéricas possuem também enorme relevância. Importa ainda definir estratégias adequadas para a gestão do risco (seja devido a fatores naturais ou antropogénicos), tendo em vista definir prioridades de intervenção para mitigação do risco e aumento da resiliência.

Ainda que ressalvando que «indústrias criativas» e «criatividade» são termos relativamente recentes, o subtema «**processos criativos, produção cultural e sociedade plural**» não deixa de enfatizar que os mesmos estão no centro de prementes questões internacionais para definir a área da cultura e as indústrias culturais associadas.

Os efeitos das novas formas de distribuição, acessibilidade, diversidade e mediatização da cultura levantam questões sobre as suas contribuições para a criatividade e o desenvolvimento económico. A cultura não origina e nem se destina obrigatoriamente ao consumo generalizado, mas pode e deve agir como intermediária na dimensão cultural e de bens económicos. Esta nova visão da cultura dirige a atenção dos economistas da cultura para uma atividade polimórfica: o design nas suas várias declinações e valências, que permite promover as indústrias criativas e a disseminação cultural.

É proposta uma linha investigacional orientada para a estruturação de uma reflexão partilhada entre a economia cultural e a economia industrial, em que se indique como a organização, os processos e as estruturas de criação deverão estar no cerne do crescimento económico, num subtema da Agenda em que se introduz e procurará avaliar o desenvolvimento da «economia da cultura».

O subtema «**língua, tecnologias, cultura digital e produção de valor**» sublinha que as transformações da cultura contemporânea decorrentes do impacto das novas tecnologias da informação e da comunicação, assim como dos media digitais, têm sido comparadas a uma mutação civilizacional tão ou mais profunda e plena de implicações como, por exemplo, aquela que ocorreu no campo da linguagem com a invenção dos alfabetos e da escrita. Assinala a emergência de uma nova literacia, de novas práticas culturais e de novas mediações, mas também a continuidade da experiência cultural e a necessidade da promoção da língua portuguesa. Recomenda um impulso prioritário e urgente para a investigação em domínios como a preparação científica e tecnológica da língua portuguesa para a era digital, e como o tratamento de todo um património contemporâneo do âmbito da cultura dos media, nomeadamente na área da imagem e do audiovisual. Reconhecendo a magnitude do choque tecnológico, recomenda também que a investigação neste âmbito não se restrinja a uma visão puramente instrumental, promovendo a investigação fundamental necessária sobre a nova economia da cultura em emergência e sobre a relação entre técnicas culturais, inovação e valor.